

1 **ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA CONSULTIVA DO CEIVAP (CTC) -**
2 **COMITÊ DE INTEGRAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL – CEIVAP,**
3 **REALIZADA NO DIA QUATORZE DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E VINTE CINCO, POR**
4 **VIDEOCONFERÊNCIA, NA FERRAMENTA MICROSOFT TEAMS. Com a presença dos seguintes**
5 **membros:** São Paulo – Elias Adriano (AJADES), Luiz Roberto Barretti (ABRHidro), Laurentino Junior
6 (Fundação Christiano Rosa), Edilson de Paula (SP Águas); Rio de Janeiro – Markus Budzynkz (APEDEMA-
7 RJ), Gisele Souza (Grupo Águas do Brasil), Vera Teixeira (SAAE Barra Mansa), Antonio Assis (OSC Vida);
8 Minas Gerais – Eduardo Araújo (IGAM), Priscila Couto (FIEMG), Aparecida Vargas (ABRAGEL); **dos**
9 **seguintes convidados:** Aline Alvarenga (AGEVAP), Daiane dos Santos (AGEVAP), Júlio César Ferreira
10 (AGEVAP), Marina Mendonça (AGEVAP), Flávio Monteiro (AGEVAP), João Fernandes (APROVAC), José
11 Roberto Schmidt (CETESB), Samuel Muylaert (SEAS/RJ), **para tratar da seguinte pauta: 1 – Aprovação da**
12 **ata da reunião anterior; 2 – Deliberação que dispõe sobre o Plano de Aplicação Plurianual – PAP do**
13 **CEIVAP 2026 a 2030; 3 – Análise da solicitação de apoio ao XXII Congresso Estadual da APEDEMA-**
14 **RJ; e 4 – Assuntos Gerais. ITEM 1 Aprovação da ata da reunião anterior:** A Sra. Gisele Souza (Grupo
15 Águas do Brasil) iniciou a reunião apresentando a pauta e solicitou a alteração da ordem, de modo que o item
16 dois fosse tratado primeiro, devido à necessidade de alguns participantes saírem mais cedo por conta da agenda
17 concorrente. Sem manifestações contrárias, a mudança foi aprovada. A ata da reunião anterior foi espelhada e
18 sem manifestações contrárias a mesma foi aprovada. **ITEM 2 Deliberação que dispõe sobre o Plano de**
19 **Aplicação Plurianual – PAP do CEIVAP 2026 a 2030:** A Sra. Marina Mendonça (AGEVAP) iniciou
20 destacando que os Planos de Aplicação Plurianual (PAP) são inteiramente estruturados a partir do PIRH,
21 instrumento central de gestão da política. Apresentou a estrutura do PAP, informando que não houve alterações
22 significativas. Destacou que, embora a ANA esteja discutindo uma atualização do manual do PAP ao longo
23 deste ano, nenhuma das mudanças previstas impacta a forma de estruturação atualmente utilizada. Acrescentou
24 que o modelo permanece organizado em quatro finalidades, sendo as duas primeiras voltadas para aspectos
25 técnicos, relacionadas à gestão de recursos hídricos e à agenda setorial e as outras duas finalidades seguintes
26 referem-se, respectivamente, ao apoio ao comitê, que contempla o custeio das ações necessárias para seu
27 funcionamento, e à manutenção da entidade delegatária, correspondente à finalidade 4. Explicou sobre os três
28 indicadores que refletem a elaboração do PAP. Explicou que houve uma mudança importante na lógica de
29 alocação de recursos: o valor previsto no PAP passa a refletir exclusivamente o desembolso do recurso esperado
30 para cada ano, deixando de representar o montante total de uma contratação. Acrescentou que será necessário
31 planejar de maneira mais cautelosa, definindo previamente o cronograma de cada contratação e os respectivos
32 valores que serão efetivamente desembolsados em cada período. Prosseguiu explicando o funcionamento do
33 indicador 4, referente às ações finalísticas. Mencionou que o indicador continuará medindo o desembolso de
34 projetos e obras, mas agora incorpora um fator de ponderação que reduz a nota quando a entidade não consegue
35 transformar contratos de transferência em obras efetivas. Comentou que esse novo modelo começará a ser
36 monitorado desde o primeiro ano, mas somente a partir do terceiro ano será aplicado de forma impactante na
37 avaliação, devido à sua complexidade e necessidade de adaptação. Explicou que o indicador 5, que trata do
38 desempenho físico e financeiro das ações. Reforçou que não será avaliada apenas a execução financeira, mas
39 também o cumprimento físico das metas, exigindo um controle de cronograma muito mais rigoroso do que o
40 adotado atualmente. Citou sobre o indicador 6, relacionado ao custeio da finalidade 4, que também será
41 monitorado com base na aderência ao planejamento de desembolso. Destacou que o eixo central da nova
42 metodologia é seguir o planejamento com máximo rigor, pois o novo contrato de gestão deixa de priorizar
43 simplesmente o gasto do recurso e passa a priorizar a execução conforme o que foi planejado. Sobre a reserva de
44 contingência, disse que no modelo anterior, essa reserva era diluída entre as linhas do PAP, sem discriminação
45 específica. Informou que, agora haverá uma linha própria e explícita para a reserva, que deve ser mantida
46 separadamente. Explicou que a necessidade dessa reserva se tornou evidente devido às incertezas enfrentadas,
47 como mudanças na metodologia de cobrança e impactos da Lei Orçamentária Federal, que reduziram o valor
48 disponível para arrecadação. Mostrou o quadro com os valores do PAP. Destacou que, apesar dessas mudanças
49 no formato e no modo de organização dos valores, as ações em si permanecem as mesmas, todas baseadas no
50 PIRH. Mostrou as metas físicas, que elas já existiam no PAP, mas agora passarão a compor diretamente os
51 indicadores avaliados no contrato de gestão. Mencionou que a diferença principal é que, a partir de agora, o
52 cumprimento dessas metas será medido formalmente pela ANA. Informou que a tabela completa com todas as
53 metas está detalhada na deliberação e que foi estruturada para contemplar todo o período de 2026 a 2030. A Sra.
54 Gisele Souza (Grupo Águas do Brasil) colocou para aprovação a deliberação do PAP 2026 a 2030, sem
55 manifestações, a mesma foi aprovada. **ITEM 3 Análise da solicitação de apoio ao XXII Congresso Estadual**
56 **da APEDEMA-RJ:** A Sra. Daiane dos Santos (AGEVAP) apresentou a solicitação de apoio enviada pela
57 APEDEMA-RJ em 25 de setembro referente ao Congresso Estadual da APEDEMA, programado para ocorrer
58 nos dias 5 e 6 de dezembro. Explicou que todas as solicitações desse tipo seguem a Deliberação nº 271/2019,
59 criada para estabelecer métricas e critérios de avaliação. Informou que alguns requisitos previstos no Artigo 2º
60 da deliberação não foram atendidos, incluindo a ausência dos objetivos do evento, dos resultados esperados e do
61 orçamento previsto. Destacou que a deliberação exige que a solicitação seja enviada com, no mínimo, 90 dias de
62 antecedência. Disse que ao calcular o prazo, verificou-se que a demanda foi apresentada com apenas 71 dias
63 corridos, não cumprindo esse requisito temporal. Acrescentou que apesar disso, conforme determina a própria

64 deliberação, o pedido foi encaminhado à Câmara Técnica para avaliação e posterior recomendação à Diretoria
65 sobre a possibilidade de apoio ao evento. Informou que o apoio solicitado incluiria a disponibilização de
66 brindes, como copos ou garrafas, blocos e canetas para aproximadamente 120 participantes, além da indicação
67 de palestrantes para os temas mencionados anteriormente. Esclareceu que a indicação de palestrantes não está
68 contemplada pela deliberação, sendo algo que o próprio comitê pode decidir atender ou não. Ressaltou que,
69 conforme a norma, somente a contratação dos itens de divulgação (copos/garrafas, blocos e canetas) é objeto de
70 análise e aprovação pela Câmara Técnica. O Sr. Markus Büdzykz (APEDEMA-RJ) informou que a comissão
71 organizadora estava atenta aos prazos e que o trabalho já havia começado desde a última edição do evento,
72 realizada em Santa Maria Madalena, ocasião em que também houve apoio do CEIVAP com palestrantes.
73 Solicitou que pelo menos um palestrante na área de educação ambiental seja indicado para o evento. Destacou
74 que a presença de Flávio Monteiro, especialmente para tratar do Programa Mananciais, seria muito relevante,
75 mas afirmou que, caso ele não pudesse participar, outro nome também contribuiria. Explicou que, devido às
76 definições tardias sobre o município-sede, dificultou o envio da solicitação com mais antecedência. Finalizou
77 dizendo que, caso haja entendimento favorável dos membros sobre a indicação de dois palestrantes, a comissão
78 pode refazer o ofício e reenviar a solicitação de forma adequada. A Sra. Gisele Souza (Grupo Águas do Brasil)
79 ressaltou que como a solicitação não atendeu a deliberação, entende-se que a CTC não irá recomendar.
80 Mencionou que o Sr. Markus poderá refazer a solicitação para indicação de palestrantes. A Sra. Daiane dos
81 Santos (AGEVAP) reforçou que o ponto levado para avaliação da Câmara Técnica se refere somente ao material
82 solicitado, por conta das exigências da deliberação. Esclareceu que isso não impede, de forma alguma, a
83 participação do Comitê no evento. O Sr. Luiz Roberto Barretti (ABRHidro) destacou que considera importante
84 que o CEIVAP apoie iniciativas de fóruns e espaços de discussão, pois são relevantes para o setor. Lembrou
85 que, quando esteve à frente da CTC, existia um parâmetro de valores para apoios, e que a ausência dessas
86 informações dificulta avaliar a viabilidade, especialmente considerando que os recursos são limitados e
87 precisam ser distribuídos entre várias demandas. A CTC não recomendou a solicitação de apoio através da
88 aquisição de materiais para o evento, porém recomendou o apoio institucional através da indicação de
89 palestrantes, após a retificação de solicitação a ser feita pela APEDEMA. **ITEM 4 Assuntos Gerais:** A Sra.
90 Vera Lúcia Teixeira informou que todas as instituições receberam o convite para serem patrocinadores e
91 apoiadores do ECOB, que já tem data e local definidos: acontecerá no Hotel Guararape, em Miguel Pereira, de
92 13 a 16 de abril de 2026. Explicou que, com o apoio e patrocínio, o evento será realizado como de costume,
93 incluindo apresentação e participação em mesa de diálogo. Comunicou que o ENCOB ocorrerá em novembro,
94 na cidade de Fortaleza, com a data a ser confirmada em reunião. O Sr. Markus Büdzykz (APEDEMA-RJ)
95 informou sobre o encontro estadual da APEDEMA-RJ que terá 7 temáticas e que em breve enviará ofício com
96 convite e solicitação de apoio institucional. O Sr. Elias Adriano (AJADES) comentou que, para abril do ano que
97 vem, estão trabalhando na realização de um evento voltado à revitalização de mananciais hidrográficos, com
98 foco em bacias de abastecimento público. Disse que no dia 3 do próximo mês participará do Encontro Estadual
99 das Câmaras Técnicas de Educação Ambiental, promovido pelo CRH Paulista, representando também o
100 CEIVAP. O Sr. Edilson de Paula (SP Águas) informou que o Conselho Estadual de Recursos Hídricos aprovou
101 o penúltimo passo para a implementação da nova cobrança pelo uso dos recursos hídricos no trecho paulista da
102 bacia, restando apenas a assinatura do decreto pelo Governador para sua formalização.. Sem mais assuntos a
103 serem discutidos, a reunião foi encerrada.

104
105 Resende, 14 de novembro de 2025.

106
107
108
109
110
111
112
113 Gisele de Souza Bôa Sorte Ribeiro
114 **Coordenador da Câmara Técnica Consultiva do CEIVAP**
115
116
117